

# A REDE PÚBLICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO BRASIL: ENTRE POTENCIALIDADES, INVISIBILIDADES E DESAFIOS HISTÓRICOS

*THE STATE PUBLIC NETWORK OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION IN BRAZIL: BETWEEN POTENTIALITIES, INVISIBILITIES, AND HISTORICAL CHALLENGES*

**Salatiel da Rocha Gomes<sup>1</sup>**

*Universidade Federal do Amazonas - UFAM*

**Rosimar Serena Siqueira Esquinsani<sup>2</sup>**

*Universidade de Passo Fundo - UPF*

## RESUMO

Este texto tem como objetivo principal analisar o contexto da rede pública estadual de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, reconhecendo suas potencialidades, invisibilidades e desafios históricos. A pesquisa foi conduzida por meio de dois procedimentos metodológicos: a análise dos planos dos governadores eleitos em 2022 de todos os estados, incluindo o Distrito Federal, e a avaliação dos dados de matrículas na EPT de nível médio entre 2019 e 2023, além dos dados de EPT de nível superior em 2023, com base no banco de informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Observou-se que, no nível médio, a EPT apresenta tanto potencialidades quanto contradições. Embora a rede pública estadual tenha uma significativa participação nas matrículas dos cursos de nível médio, as ações relacionadas a essa modalidade de ensino são escassas nos planos de governo, destacando-se apenas, como elemento presente em quase todos os planos, a expansão e consolidação do itinerário da formação técnica e profissional no novo ensino médio. Aparece, ainda, com muita frequência, o aumento de ofertas que enfatizam o empreendedorismo individual. No que diz respeito ao nível superior, especialmente nos cursos de tecnologia, a proporção de matrículas na rede pública é praticamente inexistente, e não há ações previstas nos planos de governo.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica (EPT); Invisibilidades; Planos de Governo; Rede pública estadual.

## ABSTRACT

The main objective of this text is to analyze the context of the state public network of Professional and Technological Education (EPT) in Brazil, recognizing its potential, invisibility, and historical challenges. The

<sup>1</sup> Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor Adjunto na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Coari, Amazonas, Brasil. Estrada Coari-Mamiá, 305, Espírito Santo, Coari, Amazonas, Brasil. CEP: 69.460-00 ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8877-2969>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4733917438143300>. E-mail: [salatiel.gomes@ufam.edu.br](mailto:salatiel.gomes@ufam.edu.br).

<sup>2</sup> Doutora em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora Titular III da Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. Endereço para correspondência: Rodovia BR 285, KM 292,7, São José, Rodovia BR 285, KM 292,7, CEP: 99052-900. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6918-2899>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9661213429808142>. E-mail: [rosimaresquinsani@upf.br](mailto:rosimaresquinsani@upf.br).

research was conducted through two methodological procedures: the analysis of the plans of the governors elected in 2022 from all states, including the Federal District, and the evaluation of enrollment data in secondary-level EPT between 2019 and 2023, in addition to data on higher-level EPT in 2023, based on the database of the National Institute of Educational Studies and Research (INEP). It was observed that, at the secondary level, EPT presents both potential and contradictions. Although the state public network has a significant share of enrollments in secondary-level courses, actions related to this type of education are scarce in government plans, with the only element highlighted, as present in almost all plans, being the expansion and consolidation of the technical and professional training itinerary in the new secondary education. There is also a very frequent increase in offers that emphasize individual entrepreneurship. With regard to higher education, especially in technology courses, the proportion of enrollments in the public network is practically non-existent, and there are no actions foreseen in government plans.

**Keywords:** Professional and Technological Education (EPT); Invisibilities; Government Plans; State public network.

## RESUMEN

El objetivo principal de este texto es analizar el contexto de la red pública estatal de Educación Profesional y Tecnológica (EPT) en Brasil, reconociendo su potencial, invisibilidad y desafíos históricos. La investigación se realizó mediante dos procedimientos metodológicos: el análisis de los planes de los gobernadores electos en 2022 de todos los estados, incluido el Distrito Federal, y la evaluación de los datos de matrícula en la EPT de nivel secundario entre 2019 y 2023, además de los datos de la EPT de nivel superior en 2023, basados en la base de datos del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas (INEP). Se observó que, en el nivel secundario, la EPT presenta tanto potencial como contradicciones. Si bien la red pública estatal tiene una participación significativa en la matrícula de cursos de nivel secundario, las acciones relacionadas con este tipo de educación son escasas en los planes gubernamentales, siendo el único elemento destacado, presente en casi todos los planes, la expansión y consolidación del itinerario de formación técnico-profesional en la nueva educación secundaria. También se observa un aumento muy frecuente de las ofertas que enfatizan el emprendimiento individual. En cuanto a la educación superior, especialmente en carreras tecnológicas, la proporción de matrículas en la red pública es prácticamente nula y no hay acciones previstas en los planes de gobierno.

**Keywords:** Educación Profesional y Tecnológica (EPT); Invisibilidades; Planes de Gobierno; Red pública estatal.

## INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma modalidade de ensino que reiteradamente vem sendo divulgada e posicionada nos discursos governamentais como uma resposta estratégica para redução das desigualdades sociais, assim como para aquecer o cenário econômico brasileiro. É comum ouvirmos nos documentos e discursos governamentais a expressão “capacitar as pessoas para empreenderem”. De fato, o interesse pela oferta de cursos de EPT vem crescendo nos últimos anos, embora ainda que não tenha alcançado as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação para o período de 2014-2024.

Apesar desse aumento de interesse, a EPT enfrenta desafios que limitam seu potencial. A rede pública estadual, em particular, expõe vários desses desafios históricos. Responsável por grande parte da oferta de cursos, é frequentemente negligenciada em termos de investimento e infraestrutura. Essa falta de priorização resulta em um acesso desigual, especialmente em regiões

menos favorecidas, onde a demanda por formação técnica é alta, mas a oferta é escassa, fazendo com que a rede privada impulse suas ofertas.

Diante desse cenário, é significativo reconhecer que a rede pública estadual, enfrenta ainda um problema histórico de subinvestimento que compromete sua capacidade de atender a demanda de forma territorializada. Considerando, portanto, o contexto dessa rede de ensino, este trabalho tem como objetivo analisar o cenário que envolve a esfera pública estadual de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, reconhecendo suas potencialidades, invisibilidades e desafios históricos.

Conforme Brasil (2024, p.13), no âmbito da rede estadual, a EPT é ofertada por instituições de ensino vinculadas às Secretarias de Estado ou ainda a autarquias estaduais, conforme lista a seguir: Secretarias Estaduais de Educação e do Distrito Federal; Instituto Estadual de Educação Profissional e Tecnológica do Acre (Ieptec); Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam); Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Iema); Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Mato Grosso (Seciteci); Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica do Pará (Sectet); Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro (Faetec); Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro (Seciteci); Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional de Rondônia (Idep); Divisão de Ensino Médio e Educação Profissional de Roraima (Diemp/DEB) e Centro Paula Souza de São Paulo (CPS).

Para atingir o objetivo deste estudo, realizou-se uma análise dos dados de matrículas da EPT de nível médio no período de 2019 a 2023, e da EPT de nível superior no ano de 2023, com base no banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Além disso, por meio de uma pesquisa documental, foram investigados os planos de governo dos candidatos eleitos no pleito de 2022 dos 26 (vinte e seis) estados brasileiros e o Distrito Federal, no intuito de conhecer as ações estratégicas específicas para a Educação Profissional e Tecnológica. EPT.

### **O cenário nacional da EPT de nível médio e superior**

O cenário nacional das ofertas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de Nível Médio e Superior no Brasil aponta para uma complexa rede interligada envolvendo as políticas públicas educacionais, a demanda do mundo de trabalho e as desigualdades sociais estruturais existentes.

A tabela a seguir mostra a evolução das ofertas de EPT de nível médio no cenário brasileiro, em todas as redes de ensino, no período de 2019 a 2023. As matrículas correspondem aos cursos técnicos (integrado, concomitante, concomitante intercomplementar e subsequente), especializações técnicas de nível médio e cursos de qualificação profissional acima de 160 horas.

**Tabela 1:** Evolução das matrículas de EPT de nível médio nas redes de ensino

Rede	2019	2020	2021	2022	2023	Média
Federal	19%	19%	18%	16%	14%	17%
Estadual	38%	42%	43%	40%	38%	40%
Municipal	2%	2%	2%	3%	4%	3%
Privada	41%	38%	38%	42%	44%	41%

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir do banco de dados do INEP

Ao observarmos os percentuais de matrículas na EPT presentes na tabela acima, destacamos, para fins de reflexão, os seguintes pontos:

- Há um crescimento de matrículas na rede privada de ensino;
- Em relação às ofertas de EPT pública, a rede estadual tem o maior percentual de matrículas, com uma média anual de 40%;
- Há uma redução do percentual de matrículas na rede federal.

As conclusões acima revelam uma crescente privatização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), sustentada por um discurso que enfatiza a rápida empregabilidade proporcionada por esses cursos e a capacidade de gerar emprego imediato. Essa privatização acontece predominantemente na forma de oferta subsequente, onde se consegue gerar um impacto maior de sensibilização às pessoas e onde há menor atuação do Estado.

Essa lógica se alia a outro discurso amplamente presente na EPT: o da flexibilidade, que é uma dimensão fortemente explorada pelas instituições privadas, onde o estudante, a seu critério conforme tempo disponível, pode escolher os diferentes formatos de oferta. É nesse movimento que ocorrem outras formas de privatização e precarização como o do trabalho docente, afinal, como assinala Antunes (2000; 2009; 2018), esse modo de funcionamento empresarial estabelece uma horizontalização do trabalho e a adaptação às exigências do empregador.

Saviani (2007) e Gadoti (2019) destacam que esse desbalanceamento de ofertas ou sua mercantilização pode intensificar as desigualdades sociais, restringindo o acesso a um pequeno grupo ou desqualificando o processo formativo que prioriza uma formação humana integral. A tabela abaixo evidencia o percentual de matrículas considerando as regiões brasileiras e o recorte temporal de 2019 a 2023.

**Tabela 1:** Evolução das matrículas de EPT de nível médio nas redes de ensino e regiões

Rede	Região	2019	2020	2021	2022	2023	Média
Federal	Norte	34%	34%	32%	30%	24%	31%
	Nordeste	22%	22%	19%	18%	16%	19%
	Sudeste	12%	12%	12%	10%	9%	11%
	Sul	20%	20%	20%	17%	14%	18%
	Centro-Oeste	33%	33%	32%	29%	26%	31%
Estadual	Norte	30%	30%	31%	29%	35%	31%
	Nordeste	48%	53%	54%	51%	50%	51%
	Sudeste	34%	37%	40%	35%	33%	36%
	Sul	39%	43%	36%	37%	36%	38%
	Centro-Oeste	23%	22%	24%	21%	19%	22%
Municipal	Norte	0%	0%	0%	1%	1%	1%
	Nordeste	1%	1%	3%	5%	8%	4%
	Sudeste	3%	3%	3%	2%	2%	2%
	Sul	1%	1%	1%	1%	1%	1%
	Centro-Oeste	1%	0%	0%	0%	0%	0%
Privada	Norte	37%	36%	36%	40%	39%	37%
	Nordeste	29%	24%	25%	26%	26%	26%
	Sudeste	51%	48%	45%	53%	56%	51%
	Sul	40%	37%	44%	46%	50%	43%
	Centro-Oeste	43%	44%	44%	50%	55%	47%

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir do banco de dados do INEP

É possível, com base nos dados demonstrados acima, tecer algumas considerações:

- a) A presença predominante e crescente da rede privada de EPT nas regiões Sul, Sudeste e Centro- Oeste;
- b) No panorama da educação pública, a oferta de cursos de EPT na rede estadual tem uma acentuada presença na região nordeste, com percentual acima de 50%.
- c) O baixo percentual e o decréscimo de ofertas da rede federal em todas as regiões, em especial na região sudeste.

Conforme evidenciado nas tabelas previamente apresentadas, a rede estadual se destaca em todas as regiões do Brasil, apresentando um percentual considerável de matrículas, com especial ênfase na região nordeste. Outro aspecto relevante diz respeito ao perfil das matrículas, onde a EPT de nível superior revela um panorama distinto e preocupante em comparação às matrículas de nível médio. A tabela abaixo mostra os dados do último censo, o de 2023, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

**Tabela 1:** Evolução das matrículas de EPT de nível superior

Região Geográfica	% de Matrículas - EPT de Nível Superior				Total de Matrículas - EPT de Nível Superior				
	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Total Brasil	2%	1%	0%	96%	935.660	19.573	12.154	2.960	900.973
Total Norte	3%	4%	0%	93%	58.750	1.654	2.227	32	54.837
Total Nordeste	2%	2%	0%	95%	122.272	2.812	3.022	2	116.436
Total Sudeste	1%	1%	0%	98%	518.505	3.845	3.855	2.490	508.315
Total Sul	4%	1%	0%	94%	156.634	6.667	1.831	213	147.923
Total Centro-Oeste	6%	2%	0%	92%	79.097	4.595	1.219	223	73.060
Exterior	0%	0%	0%	100%	402	0	0	0	402

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir do banco de dados do INEP, 2023.

A tabela acima demonstra a predominância de matrículas da EPT de nível superior na rede privada de ensino. Enquanto na EPT de nível médio a porcentagem anual de matrículas na rede privada atinge 41%, no nível superior, esse percentual é bem superior, alcançando 96%, o que destaca a dependência no sistema de ensino privado para a formação em EPT de Nível Superior no Brasil, e de certa forma, revelando um campo de reprodução das desigualdades sociais e a consolidação de um processo massificante, neoliberal e empresarial da EPT no nível superior. Apple (2001, p. 18) faz um seguinte apontamento quanto à influência das ideias neoliberais no contexto da educação.

O que outrora foi um conceito e uma prática política apoiados numa negociação e diálogo coletivo é, hoje em dia, um conceito “totalmente” econômico. Atualmente, debaixo da influência do neoliberalismo, o verdadeiro significado de cidadania foi radicalmente transformado. Nos dias de hoje, em muitos países, o cidadão é simplesmente um consumidor. O mundo é visto como um vasto supermercado. As escolas e inclusive os nossos alunos (...) tornam-se mercadorias que são compradas e vendidas do mesmo modo como se compram e vendem outro gênero de mercadorias.

Destaca-se, da mesma forma, que a EPT no Brasil tem sido considerada um terreno fértil para lucros, impulsionando as "oligarquias educacionais". O termo "tec" foi amplamente incorporado a muitos nomes de faculdades e centros universitários privados, refletindo um

cenário promissor e rentável, impulsionado pelos altos índices de matrícula nos cursos superiores de tecnologia. Bittar e Ruas (2012. p.117), trazem uma reflexão que realça esse ponto de vista.

A mercadorização da educação superior brasileira, que tem como essência a lógica do mercado, impulsiona, cada vez mais, empresários, hoje conhecidos como a nova burguesia de serviços educacionais, interessados em ampliar seus negócios na área educacional e a investir maciçamente no setor educacional. São investidores nacionais e internacionais que investem na educação superior no Brasil como um mercado promissor e altamente lucrativo, provocando movimentos de ampliação, aquisição e fusão das IES, formando grandes oligopólios que passam a concentrar boa parte do alunado do país.

Cabe destacar, ainda, a necessidade de políticas que incentivem a formação em instituições públicas, especialmente em regiões como o Norte e Nordeste, cuja dependência de instituições privadas é maior. Outrossim, apenas 1% das matrículas de EPT em nível superior estão em instituições estaduais. Isso é notoriamente baixo, especialmente em comparação com a predominância das instituições privadas.

Partindo da constatação dos cenários da EPT, nos níveis médio e superior, principalmente a invisibilidade no nível superior, cabem algumas questões que nortearão o próximo caminho metodológico deste estudo, a saber: Que ações estratégicas acerca da EPT foram mencionadas nos planos dos governadores eleitos no pleito de 2022? Que propostas não foram identificadas nos planos de governo e que podem comprometer o fortalecimento e a qualidade da EPT?

### **A EPT nos planos de governos estaduais: ações prioritárias e invisibilidades**

Os planos de governo buscam estabelecer diretrizes e objetivos para a implementação de políticas públicas, permitindo avaliar sua coerência e eficácia em um período específico, onde podemos identificar as tendências e suas prioridades. Avaliamos os temas/propostas/ações que tinham relação explícita com a Educação Profissional e Tecnológica, a partir dos seus segmentos: qualificação profissional, técnico, especialização técnica de nível médio ou tecnológico.

Assim, foi possível mapear as ações em 15 categorias, utilizando a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Esse processo envolveu três etapas principais: na pré-leitura, nos concentramos nos documentos e classificamos os temas centrais; na codificação, atribuímos códigos às informações relevantes para agrupar dados semelhantes; e, por fim, na criação, organizamos e sintetizamos as categorias formadas, permitindo uma compreensão mais clara das estratégias propostas para a Educação Profissional e Tecnológica. Essa abordagem

sistemática facilitou a identificação de padrões e tendências nas ações apresentadas pelos governadores eleitos. O quadro abaixo explicita as categorias mapeadas.

**Quadro 1:** Ações de EPT presentes nos planos de governo por categoria

<b>Categoria</b>	<b>Objetivo da Categoria</b>	<b>Quantidade de propostas</b>	<b>%</b>	<b>Estados que apresentaram propostas</b>
Formação Técnica no Ensino Médio	Implementar, ampliar e fortalecer o itinerário de formação técnica, com foco em aumentar vagas, adequar escolas e currículos.	20	24%	Amazonas (1) Acre (3) Alagoas (2) Bahia (1) Ceará (1) Espírito Santo (1) Goiás (2) Maranhão (1) Mato Grosso (1) Minas Gerais (1) Paraná (1) Pernambuco (1) Rio Grande do Sul (1) Roraima (1) Santa Catarina (1) São Paulo (1)
Oferta de cursos de EPT como estímulo ao empreendedorismo	Capacitar os alunos com conhecimentos e habilidades essenciais para a criação e gestão de negócios, promovendo a cultura empreendedora e a inovação.	9	11%	Bahia (1) Ceará (1) Espírito Santo (1) Goiás (1) Minas Gerais (1) Paraná (1) Rio de Janeiro (1) Rio Grande do Norte (1) Mato Grosso do Sul (1)
Ampliação, diversificação e inovação das ofertas de EPT	Ampliar, diversificar e inovar a oferta de cursos de EPT, para atender às demandas dinâmicas do mundo de trabalho e da sociedade	9	11%	Espírito Santo (2) Mato Grosso (1) Pará (1) Piauí (1) Rio Grande do Sul (2) Rondônia (2)
Ofertas de Cursos de EPT para grupos sociais mais vulneráveis	Ofertar cursos de EPT voltados para a redução das desigualdades sociais, com atenção especial a grupos como indígenas, quilombolas, e pessoas em situação de vulnerabilidade social.	8	10%	Acre (2) Bahia (2) Ceará (1) Paraíba (1) Paraná (1) Roraima (1)
Oferta de cursos de	Atender às demandas	8	10%	Alagoas (1)



A Rede Pública Estadual de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil: entre potencialidades, invisibilidades e desafios históricos

EPT para atendimento de demandas específicas	específicas de qualificação profissional identificadas, garantindo que os cursos sejam relevantes e alinhados aos impactos no mundo do trabalho			Distrito Federal (2) Goiás (1) Maranhão (1) Paraná (1) Tocantins (2)
Articulação com Arranjos Produtivos Locais (APLs)	Ofertar cursos de EPT que estejam alinhados às demandas dos Arranjos Produtivos Locais, promovendo a formação profissional voltada para o mundo do trabalho.	7	8%	Amapá (1) Bahia (4) Ceará (1) Roraima (1)
Fortalecimento da Parceria Público-Privada na EPT	Estabelecer e ampliar parcerias entre o setor público e privado para a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	6	7%	Ceará (1) Espírito Santo (1) Goiás (1) Paraná (1) Rio Grande do Norte (1) São Paulo (1)
Apoio e Assistência Estudantil	Institucionalizar e expandir programas de assistência estudantil, visando a inclusão e a permanência de grupos prioritários na EPT.	4	5%	Goiás (1) Minas Gerais (1) Pernambuco (1) Rio Grande do Norte (1)
Integração da EPT com a Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Promover a articulação entre a EPT e a EJA, garantindo acesso e continuidade na formação para diferentes públicos.	4	5%	Bahia (2) Pernambuco (1) Rio Grande do Norte (1)
Expansão da Estrutura Educacional	Ampliar escolas e unidades de ensino específicas para EPT, além de modernizar a infraestrutura existente.	3	4%	Pará (1) Paraíba (1) Rio Grande do Norte (1)
Avaliação e Monitoramento da EPT	Realizar a avaliação contínua e o monitoramento das ações e programas de EPT no estado para garantir a eficácia e a adequação às demandas.	1	1%	Rio Grande do Norte (1)
Educação a Distância (EAD) na EPT	Ampliar a oferta de cursos de EPT na modalidade à distância, proporcionando maior acessibilidade à formação profissional.	1	1%	Paraná (1)
Verticalização da EPT	Estimular o processo de verticalização entre a EPT e o nível superior.	1	1%	Bahia (1)
Integração da	Ampliar vagas de	1	1%	Bahia (1)

Política de emprego com a etapa de estágio dos cursos da EPT	emprego por do estágio da formação técnica			
Programas para egressos	Disponibilizar linhas de crédito para egressos	1	1%	Espírito Santo (1)
<b>TOTAL</b>		83		

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir da categorização dos planos de governos estaduais

O quadro destaca aspectos relevantes acerca das perspectivas da EPT no cenário da rede estadual pública brasileira. Percebe-se, como primeiro ponto reflexivo, que as ações específicas da EPT para alunos do ensino médio representam 24% do total geral de ações. Essa ação é quase unânime em todos os planos de governo, influenciada, principalmente pela concepção da precoce profissionalização dos jovens e a inserção da EPT como alternativa para reduzir os problemas estruturais do ensino médio no Brasil.

A oferta do V Itinerário da Formação Técnica e Profissional no novo ensino médio ganhou destaque a partir da Lei 13.415/2017, e vem sendo objeto de muitas pesquisas científicas<sup>3</sup>, as quais consideram, via de regra, como uma política dicotômica, excludente e impositiva. Ramos (2022, p.80) apresenta uma reflexão bem expressiva que reitera tais ações, apontando as incertezas e as suas limitações.

A função da escola torna-se, essencialmente, preparar estudantes para um mundo incerto, para a flexibilidade e a empregabilidade – no lugar da promessa do emprego, a expectativa de tornar as pessoas ‘empregáveis’ mediante o desenvolvimento de personalidades flexíveis e resilientes. A ‘chave’ para isto seria o deslocamento da referência dos currículos baseados nas ciências e nas disciplinas escolares para as competências. Se o individualismo, a instabilidade e a flexibilidade são expressões da nova cultura desse tempo, a crise da ciência, por sua vez, é uma manifestação de uma virada epistemológica de caráter pós-moderno

É importante assinalar, complementando a reflexão acima, que, no Brasil, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) enfrenta uma série de desafios históricos que comprometem seus princípios e pressupostos legais. É historicamente estigmatizada como uma alternativa mais “rápida” e carece de uma articulação eficaz entre os diversos segmentos de ensino. A partir deste ponto de reflexão, notamos a invisibilidade de ações que não foram apontadas pelos governadores eleitos como estratégicas para o fortalecimento dessa modalidade de ensino. Exemplos dessa omissão incluem: a formação inicial e continuada dos docentes da EPT, a

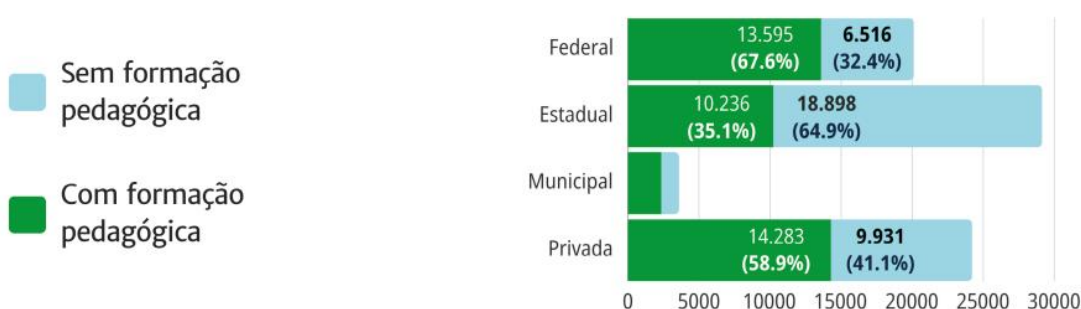
<sup>3</sup> Em uma consulta realizada no banco de teses e dissertações da Capes, em outubro/2024, foram reconhecidas 440 pesquisas, a partir da palavra-chave “novo ensino médio”.

promoção da educação inclusiva na EPT, a interiorização e democratização da EPT e o apoio a projetos de pesquisa na área.

Um nó-crítico, portanto, desse cenário da EPT, não assumido ou não planejado pelos governadores eleitos é o da formação inicial e continuada dos docentes<sup>4</sup>. Defendemos que a consolidação de uma política pública de expansão, interiorização, democratização e equidade nessa modalidade de ensino não acontecerá se não houver ações específicas para formação e valorização do docente.

Como exemplo dessa precarização, podemos observar os dados do último censo do INEP. Em 2023, foram contabilizados 123.908 docentes atuando na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Desses, 87.670 pertencem à rede estadual pública. No entanto, entre esses docentes da rede estadual, 51.999 possuem contratos temporários, são terceirizados ou estão vinculados por meio da CLT, enquanto apenas 29.756 são efetivos. Essa realidade evidencia uma dependência alarmante de docentes em situações precárias, o que compromete a qualidade do ensino. Muitos desses professores atuam de forma isolada, sendo contratados apenas para atender demandas específicas ou para ministrar disciplinas pontuais em cursos técnicos. Essa estrutura fragiliza o processo educativo e limita a continuidade e a coesão pedagógica, impactando negativamente o aprendizado dos alunos. O gráfico abaixo exhibe outro aspecto referente à formação de docentes para a EPT na rede estadual, evidenciando que em sua maioria (64,9%), não possuem formação pedagógica adequada, percentual superior às outras redes de ensino.

**Gráfico 1:** Formação pedagógica dos docentes da EPT no Brasil, em 2020.



Fonte: Brasil (2024)

<sup>4</sup> Vale a pena acentuar que em boa parte dos estados há um forte predomínio do termo “instrutor” nos projetos pedagógicos ou diretrizes institucionais. O termo é utilizado para caracterizar alguém que “transmite informações técnicas”, e que não possui formação pedagógica nem vínculo efetivo. São profissionais contratados temporariamente.

Foi possível mensurar ainda que as ações para a EPT ocupam uma posição secundária em comparação com a educação básica e superior. Apesar de estados como Goiás, Ceará e Bahia apresentarem ações para a EPT, outros estados limitam seus planos a uma única proposta, ou a ações que buscam apenas a ampliação dessa modalidade, sem considerar os problemas históricos que ainda são muitos presentes, como a falta de um sistema de avaliação e a falta de um financiamento próprio.

Ao avaliarmos as propostas dos planos de governo à luz dos princípios pedagógicos presentes nas Diretrizes Nacionais da EPT, observamos uma ausência substancial de ações relacionadas a dois princípios, a saber:

VI- estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social; XII -observância às necessidades específicas das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade (BRASIL, 2021).

Em relação ao princípio XII, a falta de propostas claras evidencia uma abordagem superficial da inclusão, que não considera as realidades e potencialidades dos estudantes da EPT, impedindo que a educação cumpra seu papel social de formação integral e cidadã. A concepção predominante acerca da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), frequentemente evidenciada nos planos de governo, que a vê principalmente como um meio de impulsionar o empreendedorismo com resultados rápidos e imediatos, pode, de fato, afastar ou negligenciar a inclusão de pessoas com deficiência. Essa visão utilitarista e salvacionista da EPT tende a priorizar a formação de profissionais para atender demandas imediatas da economia, em detrimento de uma abordagem mais abrangente que considere a diversidade e as necessidades específicas de todos os alunos. Mészáros ([2005](#), p. 25), quanto a esse processo faz o seguinte alerta:

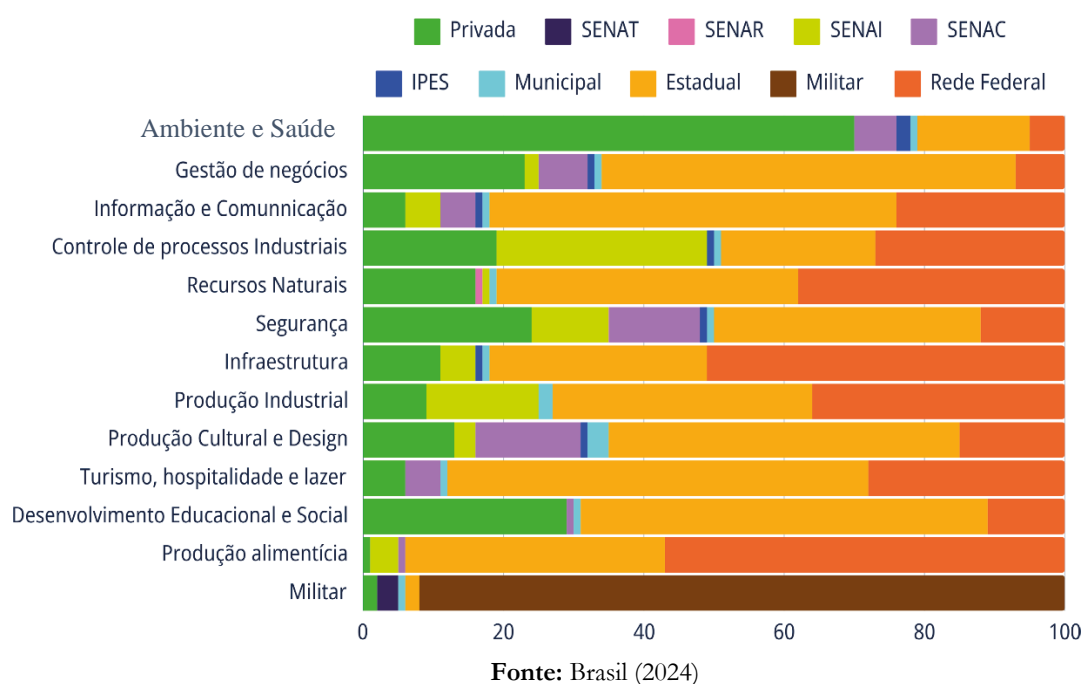
Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança.

A reflexão acima reitera a indissociabilidade e interconexão entre os processos educacionais e os contextos sociais mais amplos, sublinhando que a educação não age

isoladamente, mas é profundamente influenciada pelas estruturas sociais, culturais e econômicas que a cercam. Essas concepções "salvacionistas", como as expressas nas categorias "capacitar para empreender" e "capacitar de acordo com os Arranjos Produtivos Locais", transferem uma responsabilidade significativa ao cidadão, sugerindo que o sucesso individual depende principalmente da capacidade de se adaptar e aproveitar as oportunidades do mundo do trabalho e nesse sentido, o Estado cumpre um papel de abrir caminhos, "capacitando-o" apenas. Prova disso é que quase inexistem ações voltadas à valorização de uma política de emprego para egressos da EPT ou mesmo para o oferecimento de linhas de crédito.

Outro ponto que identificamos nos planos de governos de forma geral, é que não há clareza de como será a maximização das ofertas da EPT no âmbito estadual. O que se percebe é a presença do termo expansão sem estar relacionado necessariamente à dinâmica do mundo do trabalho. Como veremos a seguir, as ofertas de EPT, no âmbito estadual, se concentram em eixos tecnológicos considerados menos complexos<sup>5</sup>: o de gestão em negócios, desenvolvimento educacional e social e informação e comunicação. Em contraponto, o gráfico acima sublinha que o eixo de ambiente e saúde tem forte atuação da rede privada de ensino.

**Gráfico 2:** Proporção de matrículas em cursos técnicos por eixo tecnológico e rede ofertante (2022)



<sup>5</sup> Para um estudo mais aprofundado sobre os critérios de classificação de complexidade, recomendamos consulta ao site: <https://observatorioept.org.br/ferramentas/categorizacao-de-cursos>.

Quanto à EPT de nível superior, percebeu-se a ausência de propostas voltadas indicando uma lacuna crítica na formação profissional do país, que tende a favorecer o desenvolvimento do setor privado em detrimento de uma formação pública significativa e qualificada.

É possível perceber algumas implicações sociais acerca da Educação Profissional e Tecnológica em nível estadual: jovens de regiões periféricas e populações historicamente excluídas que encontram obstáculos como o acesso, permanência e sucesso nessa modalidade. Economicamente, a ausência de uma política pública robusta para a Educação Profissional e Tecnológica na esfera pública enfraquece a formação em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional. Diante do cenário identificado, algumas ações podem ser realizadas para o fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica no âmbito da rede estadual pública, como a Criação de um fundo específico de financiamento da Educação Profissional e Tecnológica em nível estadual, a implementação de uma política nacional de formação inicial e continuada de docentes, a Interiorização da Educação Profissional e Tecnológica e Incorporação da pesquisa e da inovação à Educação Profissional e Tecnológica estadual.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

(...) sedimenta um reducionismo da concepção de ser humano a uma mercadoria; de trabalho, ao confundir a atividade vital que produz e reproduz o ser humano e que é pressuposto das demais atividades humanas, à venda da força de trabalho humana (emprego); de sociedade, ao tomá-la como um contínuo dos mais pobres aos mais ricos, ignorando a estrutura desigual e antagônica das classes sociais; de classe social, tomando-a por fatores isolados e independentes na compreensão da sociedade e, finalmente, de educação, de um direito social e subjetivo a uma concepção mercantil de formação humana (Frigotto, 2015, p. 217).

A epígrafe acima demonstra com muita clareza as intenções dos novos modelos de gestão e de envolvimento da EPT com os processos de trabalho empresarial, com foco em resultados e na eficiência do capital humano. Os resultados das análises realizadas demonstram a presença dessa concepção nas ações da Educação Profissional e Tecnológica, desconsiderando as estruturas das classes sociais e múltiplas especificidades do território brasileiro.

Essa conjuntura sinaliza a importância de uma revisão crítica das políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica. A ausência de metas claras, financiamento estável contribui para a consolidação de um modelo tecnocrático, com viés neoliberal, que desconsidera as desigualdades sociais e regionais. É fundamental que a Educação Profissional e Tecnológica seja compreendida como uma estratégia de desenvolvimento social e econômico sustentável. Isso

implica reforçar o papel do Estado como garantidor de uma formação integral, equitativa e de qualidade, pautada por princípios democráticos e inclusivos.

Ao analisarmos o cenário de ofertas da Educação Profissional e Tecnológica nos níveis médio e superior, constatou-se que no nível médio há uma crescente porcentagem de matrículas da rede privada, com destaque para as regiões sul, sudeste e centro-oeste. Os dados indicam uma forte concentração de matrículas no nível superior em instituições privadas em todas as regiões do Brasil, com uma atuação muito limitada das instituições públicas. Isso sugere a necessidade de reavaliação e inserção de políticas para maximizar a participação das instituições federais, estaduais e municipais na oferta de Educação Profissional e Tecnológica de Nível Superior.

Quando analisamos especificamente a rede pública estadual no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), observa-se uma clara discrepância nas matrículas entre os níveis de ensino. Enquanto a participação no nível médio é de 40%, a atuação no nível superior se torna quase imperceptível, com apenas 1% das matrículas. A predominância da atuação no nível médio em detrimento do nível superior reflete um desbalanceamento no sistema educacional que pode perpetuar desigualdades e comprometer a formação de profissionais qualificados, demonstrando capacidade quase inexistente de oferecer EPT de Nível Superior. Ficou evidente, nos planos de governo, a priorização de cursos “aligeirados”, com rápido retorno e com foco em um empreendedorismo individual.

Constatou-se de maneira geral que os planos de governo estaduais exibiram poucas ações específicas para a EPT, resultando em uma ausência de objetivos claros e metas a serem alcançadas, e nesse sentido, percebemos um cenário misto: enquanto há uma intencionalidade considerável para expandir a EPT, sobretudo, para jovens do ensino médio, e adaptá-la às demandas do mundo do trabalho, existem áreas críticas e invisibilizadas, sequer citadas, que fragilizam a qualidade da educação pública e potencializam a privatização da EPT. Isso claramente expõe o pensamento neoliberal nas ações estratégicas.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho** –Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

APPLE, M.W. “Reestruturação educativa e curricular e as agendas neoliberal e neoconservadora”: entrevista com Michael Apple. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 1, p. 5-33, jan./jun. 2001. Disponível em:

<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss1articles/apple.htm>. Acesso em 14 out. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BITTAR, Mariluce; RUAS, Claudia Mara Stapani. “Expansão da educação superior no Brasil e a formação dos oligopólios – hegemonia do privado mercantil”. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, n. 29, p. 115-133, set./dez. 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília-DF, 2021.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de formação de profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica**. Ministério da Educação. Brasília-DF, 2024.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, ano 13, n. 20, p. 206-233, 2015.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Desigualdade: A Questão da Qualidade na Educação Pública**. São Paulo: Editora Ática, 2019.

MÉSZAROS, István. **Educação para Além do Capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

RAMOS, Marise. **Revista Retratos da Escola, Brasília**, v. 16, n. 34, p. 71-88, jan./abr. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Educação: Um Ensaio sobre a Teoria da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2007.

**Submetido em:** 05 de mai de 2025.

**Aprovado em:** 11 de jul de 2025.

**Publicado em:** 30 de ago de 2025.